STJ00078191 - v.1

ÍNDICE

Nota da 12ª edição XIII

PRIMEIRA PARTE
EMPRESA E ESTABELECIMENTO

CAPÍTULO 1
O DIREITO COMERCIAL E A DISCIPLINA DA ATIVIDADE ECONÔMICA

1. Introdução 3
2. O Estado, a economia e o direito no início do século XXI ... 5
3. Disciplina privada da atividade econômica 7
4. O sistema francês (teoria dos atos de comércio) 12
5. O sistema italiano (teoria da empresa) 16
6. Filiação do direito brasileiro ao sistema francês em 1850 20
7. Aproximação do direito brasileiro ao sistema italiano 23
8. Do direito comercial ao direito empresarial 27

CAPÍTULO 2
A DISCIPLINA DA ATIVIDADE ECONÔMICA E O CÁLCULO EMPRESARIAL

1. O conhecimento tecnológico do direito 29
2. O direito e as externalidades 32
3. O custo do direito para a atividade empresarial 37
4. Direito comercial como direito-custo 40

CAPÍTULO 3
A DISCIPLINA DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E A GLOBALIZAÇÃO

1. Processo de integração econômica regional 47
2. Harmonização do direito 51
3. Harmonização do direito comercial 54

CAPÍTULO 4

O EMPRESÁRIO

1. Introdução 63
2. Sociedade empresária 64
3. Obrigações gerais dos empresários 66
4. Registro de empresas 66
   4.1. Órgãos do registro de empresas 68
   4.2. Atos do registro de empresas 70
   4.3. Procedimentos e regimes 71
   4.4. Conseqüências da falta do registro: sociedade empresária irregular 74
   4.5. Empresário rural e pequeno empresário 75
   4.6. Inatividade da empresa 77
5. Escrituração 78
   5.1. Espécies de livros 81
   5.2. Regularidade na escrituração 84
   5.3. Processos de escrituração 85
   5.4. Extravio e perda da escrituração 86
   5.5. Exibição dos livros 87
   5.6. Eficácia probatória dos livros mercantis 89
   5.7. Conseqüências da falta de escrituração 91
6. Demonstrações contábeis periódicas 93

CAPÍTULO 5

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

1. Conceito de estabelecimento empresarial 96
2. Natureza do estabelecimento empresarial 99
3. Elementos do estabelecimento empresarial 100
4. A proteção ao ponto: locação empresarial 102
   4.1. Requisitos da locação empresarial 103
   4.2. Exceção de retomada 106
   4.3. Ação renovatória 109
   4.4. Indenização do ponto 110
5. *Shopping center* 112
6. Alienação do estabelecimento empresarial 116
   6.1. A questão da sucessão 117
   6.2. Trespasse e locação empresarial 121
   6.3. Cláusula de não-restabelecimento 123
7. Franquia 125

STJ00078191 - v.1
7.1. Circular de oferta de franquia 127
7.2. Registro da franquia 132

Capítulo 6

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. Introdução 134
2. Bens da propriedade industrial 136
2.1. Segredo de empresa 140
2.2. Marcas coletivas e de certificação 141
3. A propriedade intelectual 143
3.1. Diferenças entre o direito industrial e o direito autoral 144
3.2. Desenho industrial e obra de arte 146
4. Patenteabilidade 149
4.1. Novidade 150
4.2. Atividade inventiva 151
4.3. Industriabilidade 153
4.4. Desimpedimento 155
5. Registrabilidade 156
5.1. Registro de desenho industrial 156
5.2. Registro de marca 158
6. Processo administrativo no INPI 163
6.1. Pedido de patente 164
6.2. Pedido de registro de desenho industrial 166
6.3. Pedido de registro de marca 167
6.4. Prioridade 168
7. Exploração da propriedade industrial 169
7.1. Licença de direito industrial 170
7.2. Cessão de direito industrial 172
7.3. *Secondary meaning* e degeneração de marca notória ... 173
8. Extinção do direito industrial 175
9. Nome empresarial 177
9.1. Espécies de nome empresarial 179
9.2. Formação e proteção do nome empresarial 180
9.3. Diferenças entre nome empresarial e marca 182
10. Título de estabelecimento 184

Capítulo 7

DISCIPLINA JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA

1. Princípio constitucional da livre iniciativa 186

STJ00078191 - v.1

2. Concorrência desleal 190
2.1. Classificação da concorrência desleal 191
2.2. Modalidades de concorrência desleal específica 192
2.3. Repressão civil 195
2.4. Repressão penal 198
3. Infração da ordem econômica 200
3.1. Órgãos administrativos de repressão às infrações 202
3.2. Natureza da competência do CADE 204
4. Caracterização da infração da ordem econômica 208
4.1. Irrelevância da culpa 210
4.2. Prejuízo à livre concorrência ou livre iniciativa 212
4.3. Mercado relevante 214
4.4. Aumento arbitrário de lucros 216
4.5. Abuso de posição dominante 218
4.6. Paralelismo de preços ou conduta 219
5. Condutas infracionais 222
6. Sanções por infração da ordem econômica 240
7. Controle preventivo dos atos de concentração empresarial ... 242
8. Comprovação da concorrência ilícita 243
9. Disciplina contratual da concorrência 246

Capítulo 8

A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

1. Fornecimento sem qualidade 249
1.1. Falta de qualidade por periculosidade 249
1.2. Falta de qualidade por defeito 251
1.3. Falta de qualidade por vício 255
1.4. Teoria da qualidade 255
2. Superamento do princípio da culpabilidade 257
3. Superamento do princípio da relatividade 260
4. Fornecimento perigoso 264
4.1. Riscos normais e previsíveis 264
4.2. Alto grau de periculosidade ou nocividade 266
5. Periculosidade do fornecimento e informação do consumidor 268
5.1. Dever de informar sobre riscos de consumo 269
5.2. Adequabilidade e suficiência das informações sobre riscos de produtos e serviços 271
6. Risco de desenvolvimento 273

6.1. Dever de pesquisar 274
6.2. Estado da arte 277
7. Fornecimento defeituoso 280
7.1. Classificação dos fornecedores 282
7.2. Responsabilidade do fabricante, produtor, construtor e importador 283
7.3. Responsabilidade do comerciante 285
7.4. Responsabilidade do prestador de serviços 287
7.5. Responsabilidade dos profissionais liberais 288
8. Fornecimento viciado 290
8.1. Impropriedade nos produtos e serviços 291
8.2. Superação da teoria tradicional dos vícios redibitórios 293
8.3. Perdas e danos por fornecimento viciado 296
9. Direitos do consumidor na solução dos vícios 297
9.1. Vício de qualidade ou de quantidade no produto 298
9.2. Vício de qualidade no serviço 300
9.3. Decadência do direito de reclamação por vício 302
10. Relações interempresariais e qualidade do fornecimento 303
10.1. Direito de regresso 304
10.2. Responsabilidade do sucessor 305
10.3. Responsabilidade do licenciador de direito industrial 307
10.4. Responsabilidade do *merchandisor* 308
10.5. Responsabilidade do franqueador 309
10.6. Sociedades controladas, consorciadas, coligadas e integrantes de grupo 310

Capítulo 9

A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A PUBLICIDADE

1. A publicidade e a tutela do consumidor 312
2. A auto-regulação publicitária 317
2.1. Âmbito de abrangência do sistema de auto-regulação .. 317
2.2. Sanções do sistema de auto-regulação 319
3. Publicidade simulada 322
4. Publicidade enganosa 325
4.1. Falsidade e enganosidade 327
4.2. Caracterização da publicidade enganosa 328
4.3. Consumidor padrão 329
4.4. Conteúdo da mensagem 331

4.5. Princípio da veracidade, princípio da transparência e enganosidade por omissão 335
5. Publicidade abusiva 337
5.1. Abuso por discriminação 338
5.2. Abuso por incitação à violência 340
5.3. Abuso por exploração do medo e superstição 340
5.4. Abuso na publicidade dirigida a crianças 341
5.5. Abuso por desrespeito aos valores ambientais 342
5.6. Abuso por indução a conduta nociva à saúde ou segurança do consumidor 343
5.7. Caracterização da publicidade abusiva 344
5.8. Agressão aos valores da sociedade 345
5.9. Valores sociais e questões individuais 348
6. *Publicity* 350
7. Responsabilidade civil do anunciante 353
8. Responsabilidade administrativa do anunciante 355
8.1. Efetividade da contrapropaganda 358
8.2. Natureza da responsabilidade administrativa do anunciante 359
9. Responsabilidade penal do anunciante 360
9.1. Elementos do tipo do art. 67 do CDC 361
9.2. Crime formal e crime material de publicidade enganosa 362
10. Responsabilidade da agência de propaganda e do veículo de comunicação 363
11. Publicidade comparativa 366

SEGUNDA PARTE
TÍTULOS DE CRÉDITO

CAPÍTULO 10
TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Conceito de títulos de crédito 373
2. Princípios do direito cambiário 375
2.1. Cartularidade 376
2.2. Literalidade 378
2.3. Autonomia 379
2.3.1. Abstração 381

2.3.2. Inoponibilidade 382
3. Natureza da obrigação cambial 383
4. Classificação dos títulos de crédito 385
5. Títulos de crédito no Código Civil de 2002 388
6. A informática e o futuro do direito cambiário 388

Capítulo 11

CONSTITUIÇÃO E EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO CAMBIÁRIO

1. Introdução 391
2. Saque da letra de câmbio 394
2.1. Requisitos da letra de câmbio 396
2.2. Cláusula-mandato 399
2.3. Título em branco ou incompleto 401
3. Aceite da letra de câmbio 401
3.1. Recusa parcial do aceite 403
3.2. Cláusula não aceitável 404
4. Endosso da letra de câmbio 405
4.1. Endosso impróprio 407
4.2. Endosso e cessão civil de crédito 410
4.3. Circulação cambial e o Plano Collor 412
5. Aval da letra de câmbio 414
5.1. Avais simultâneos 416
5.2. Aval e fiança 418
5.3. Aval e garantias extracartulares 419
6. Vencimento 420
7. Pagamento 422
7.1. Prazo para apresentação 424
7.2. Cautelas no pagamento 425
8. Protesto 426
8.1. Protesto por falta de pagamento 427
8.2. Pagamento em cartório 428
8.3. Cancelamento do protesto 429
9. Ação cambial 430

Capítulo 12

NOTA PROMISSÓRIA

1. Requisitos da nota promissória 433
2. Regime jurídico da nota promissória 434

Capítulo 13
CHEQUE

1. Conceito de cheque 437
1.1. Circulação do cheque 440
1.2. Modalidades 441
1.3. Prazo de apresentação 444
2. Cheque pós-datado 445
3. Sustação do cheque 448
4. Cheque sem fundos 450
4.1. Ações cambiais 451
4.2. Encargos do emitente 453
4.3. Repressão ao uso de cheque sem fundos 453

Capítulo 14
DUPLICATA

1. Introdução 456
2. Causalidade da duplicata mercantil 458
3. Aceite da duplicata mercantil 460
4. Protesto da duplicata mercantil 463
4.1. Protesto por indicações 464
4.2. Triplicata 465
5. Execução da duplicata mercantil 465
5.1. Juros e correção monetária 467
5.2. Executividade da duplicata em meio eletrônico 468
6. Títulos de crédito por prestação de serviços 471

Capítulo 15
OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Títulos de crédito impróprios 474
2. Títulos bancários 477
2.1. Títulos de financiamento de atividade econômica 478
2.2. Cédula de crédito bancário 480
3. Títulos de crédito sujeitos ao Código Civil 482
3.1. Títulos de crédito não regulados 482
3.2. Títulos de crédito atípicos (ou inominados) 485

Índice alfabético-remissivo 489

Bibliografia 499

ÍNDICE

Nota da 12ª edição XVII

TERCEIRA PARTE
TEORIA GERAL DAS SOCIEDADES

CAPÍTULO 16
INTRODUÇÃO AO DIREITO SOCIETÁRIO

1. As sociedades empresárias 3
2. Personalização das sociedades empresárias 7
   2.1. Natureza e conceito de pessoa jurídica 7
   2.2. Quadro geral das pessoas jurídicas 11
   2.3. Efeitos da personalização 14
   2.4. Início e término da personalização 16
   2.5. Limites da personalização 19
3. Classificação das sociedades empresárias 23
   3.1. Sociedades de pessoa ou de capital 24
   3.2. Sociedades contratuais e institucionais 25
   3.3. Estabilidade ou instabilidade do vínculo 27
   3.4. Responsabilidade dos sócios 28
   3.5. Sociedade de grande porte 30
4. Nacionalidade da sociedade 32

CAPÍTULO 17
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

1. Introdução 34
2. A teoria da desconsideração 38
   2.1. Princípio da autonomia patrimonial 39
   2.2. Aplicação correta da teoria da desconsideração 41
   2.3. O pressuposto da licitude 44

2.4. Formulação objetiva da teoria da desconsideração 45
2.5. Desconsideração inversa 47
3. A aplicação incorreta da teoria da desconsideração 48
4. *Offshore companies* 49
5. A desconsideração no direito brasileiro 50
6. Aspectos processuais da teoria da desconsideração 57

Quarta Parte
A SOCIEDADE ANÔNIMA

Capítulo 18
INTRODUÇÃO

1. Alguma história 63
2. Conceito de sociedade anônima 67
3. Classificação das sociedades anônimas 70
4. Mercado de capitais 73
4.1. Comissão de Valores Mobiliários 76
4.2. Bolsas de valores 79
5. Nome empresarial 80
6. Essência mercantil 81

Capítulo 19
A AÇÃO

1. Valor da ação 83
1.1. Valor nominal 84
1.2. Valor patrimonial 86
1.3. Valor de negociação 88
1.4. Valor econômico 91
1.5. Preço de emissão 94
1.6. Diluição da participação acionária 97
1.7. Conclusão: o valor da ação 99
2. Classificação 100
2.1. Espécies 100
2.1.1. Ações preferenciais 101
2.1.2. Restrição ao direito de voto 104
2.1.3. Desprestígio das ações preferenciais 108
2.1.4. Ações de fruição 109

STJ00078195 - v.2

2.2. Forma 111
2.3. Classe 113
3. Emissão e subscrição 115
4. Circulação 119
4.1. Ações não integralizadas 120
4.2. Negociação com as próprias ações 122
4.3. Suspensão da circulação 126
4.4. Cancelamento da ação 128
4.4.1. Cancelamento como objetivo 128
4.4.2. Cancelamento como efeito 130
5. Certificado de ações 132
6. Depósito ou custódia de ações 135
7. Oneração das ações 137

Capítulo 20

VALORES MOBILIÁRIOS

1. Introdução 140
1.1. Conceito de valor mobiliário 141
1.2. Valor mobiliário e títulos de crédito 143
2. Debêntures 146
2.1. Operacionalização 148
2.2. Espécies de debêntures 150
2.3. Debêntures perpétuas 152
2.4. Agente fiduciário dos debenturistas 154
3. Bônus de subscrição 157
4. Partes beneficiárias 157
5. *Commercial paper* 159
6. ADR e BDR 160

Capítulo 21

CAPITAL SOCIAL

1. Função do capital social 162
2. Formação do capital social 165
2.1. Capital social e reserva de capital 167
2.2. A mora do acionista 169
3. Aumento do capital social 172
3.1. Aumento de capital sem novos recursos 174
3.2. Capital autorizado 175

STJ00078195 - v.2

3.3. Opção de compra de ações 176
4. Redução do capital social 178
5. A subcapitalização 179

CAPÍTULO 22
CONSTITUIÇÃO

1. Requisitos preliminares 183
2. Constituição por subscrição pública 185
2.1. Registro da emissão 186
2.2. Colocação das ações 189
2.3. Assembléia de fundação 192
3. Constituição por subscrição particular 193
4. Providências complementares 194
5. Abertura e fechamento do capital 196

CAPÍTULO 23
ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS

1. Introdução 199
2. Assembléia geral 202
2.1. Espécies de assembléia geral 205
2.2. Convocação 207
2.2.1. Competência 207
2.2.2. Modo 209
2.3. *Quorum* de instalação e deliberação 212
2.4. Legitimação e representação 216
2.5. Procedimento 219
2.6. Ata 221
3. Conselho de administração 223
3.1. Modalidades de votação 225
3.2. Voto múltiplo 227
3.3. Eleição em separado 231
3.4. O mandato e sua interrupção 233
3.5. Formalidades 235
4. Diretoria 236
5. Conselho fiscal 237
6. Órgãos societários e centros de poder: a participação dos empregados 241

CAPÍTULO 24

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

1. Sistemas de administração da companhia 244
2. Os administradores 246
3. Regime jurídico do diretor 249
4. Deveres dos administradores 252
   4.1. Diligência 253
   4.2. Desvio de finalidade e lealdade 254
   4.3. Informação ao mercado 257
5. Responsabilidade civil dos administradores 259
   5.1. Sistemas de responsabilidade civil 260
   5.2. Fundamento da responsabilidade objetiva 264
   5.3. Natureza da responsabilidade dos administradores 268
   5.4. Apuração e efetivação da responsabilidade dos administradores 271
   5.5. Responsabilidade por ato de outro administrador 275
   5.6. Administradores de instituições financeiras 278

CAPÍTULO 25

RELAÇÕES DE PODER NA COMPANHIA

1. As posições dos acionistas 282
2. Acionista controlador 285
   2.1. Organização do poder de controle 289
   2.2. Responsabilidade do controlador por obrigações sociais 292
   2.3. Abuso de poder de controle 293
   2.4. Alienação de poder de controle 294
3. Estabilização das relações de poder: direitos essenciais 298
   3.1. Participação no acervo 300
   3.2. Fiscalização da administração 302
   3.3. Direito à informação 304
   3.4. Direito de preferência 306
   3.5. Direito de recesso 308
      3.5.1. Hipóteses de recesso 310
      3.5.2. Valor do reembolso 314
4. Direito de voto 320
   4.1. O voto do preferencialista 321
   4.2. Exercício irregular 323
5. Acordo de acionistas 325
   5.1. Acordo de acionistas e direito de voto 328

5.2. Representante do acordo 330
5.3. Executividade 330
6. Governança corporativa 331

Capítulo 26

RESULTADOS SOCIAIS

1. Demonstrações financeiras 335
2. Destinação dos resultados sociais 337
3. Participação dos acionistas nos lucros 339
4. Dividendo obrigatório 340
5. Dividendo preferencial 343
5.1. Dividendo fixo 344
5.2. Dividendo mínimo 347
5.3. Cumulatividade 348
5.4. Dividendo preferencial no mercado de capitais 350
6. Juros sobre o capital social 352
6.1. Juros sobre o capital não são dividendos 353
6.2. Imputação dos juros aos dividendos 357
6.3. A Deliberação n. 207 da CVM 359
7. Reservas de lucro 360

Quinta Parte

A SOCIEDADE LIMITADA E OUTROS TEMAS

Capítulo 27

NATUREZA E REGIME DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Interesse social e interesses dos sócios 367
2. As relações entre os sócios 371
3. Alguma história 376
4. Legislação aplicável 377
5. A questão da natureza da sociedade limitada 380
5.1. Exame do contrato social 384
5.2. Contratualidade da natureza 385
6. Espécies de sociedade limitada 386

Capítulo 28

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Contrato social 390

1.1. O contrato plurilateral 390
1.2. O vínculo societário contratual 394
2. Requisitos de validade 395
3. Pressupostos de existência 399
4. Cláusulas contratuais 402
5. Forma 403
6. Sociedade irregular 405
7. Alteração contratual 407

Capítulo 29

DEVERES E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

1. Integralização do capital social 409
1.1. Relação entre sócio e sociedade 410
1.2. Sócio remisso 411
2. Responsabilidade pelas obrigações sociais 413
2.1. Responsabilidade limitada 415
2.2. Responsabilidade ilimitada 417
2.3. Responsabilidade por irregularidades 420
2.4. Responsabilidade subsidiária 421
3. Dever de lealdade 424
4. Expulsão do sócio 426
4.1. Expulsão como sanção 426
4.2. Expulsão não sancionadora 429

Capítulo 30

DIREITOS DO SÓCIO

1. Introdução 431
2. Participação nos resultados sociais 432
3. Lucro e *pro labore* 434
4. Participação nas deliberações sociais 435
4.1. Assembléia de sócios 436
4.2. Reunião de sócios 440
4.3. *Quorum* de deliberação 441
4.4. Direito de voto 443
5. Fiscalização da administração 444
6. Direito de retirada 447
7. Direito de preferência 450

CAPÍTULO 31

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

1. Diretoria 452
2. Responsabilidade do administrador 454
3. Responsabilidade tributária 456
4. Representação da sociedade 458
   4.1. Teoria *ultra vires* 459
   4.2. Condições de representação 462

CAPÍTULO 32

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

1. Dissolução-procedimento 464
2. Dissolução-ato 465
   2.1. Causas da dissolução 466
   2.2. Regularidade fiscal 470
3. Liqüidação e partilha 472
4. Dissolução parcial da sociedade limitada 474
   4.1. Unipessoalidade temporária 476
   4.2. Causas da dissolução parcial 478
   4.3. Apuração de haveres e reembolso 482
   4.4. Dissolução parcial judicial 484

CAPÍTULO 33

TIPOS SOCIETÁRIOS MENORES

1. Normas gerais (sociedade simples) 487
2. Sociedade em comandita 488
   2.1. Comandita simples 488
   2.2. Comandita por ações 489
3. Sociedade em nome coletivo 490
4. Conta de participação 491

CAPÍTULO 34

RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADES

1. Operações societárias 493
   1.1. Procedimento 495
   1.2. Direitos dos credores 497
   1.3. Direito de recesso 499

STJ00078195 - v.2

2. Ligações societárias 500
3. Disciplina da concorrência 503
3.1. Atos de concentração 504
3.2. Poder de controle 507

Índice alfabético-remissivo 511

Bibliografia 519

STJ00087833 - v.3

ÍNDICE

Nota da 8ª edição 15

Sexta Parte
DIREITO DOS CONTRATOS

Capítulo 35
INTRODUÇÃO AO DIREITO DOS CONTRATOS

1. Os contratos do empresário 19
2. A globalização e o direito contratual 21
3. Evolução do direito contratual 23
   3.1. A lei das partes 24
   3.2. A liberdade que escraviza 27
   3.3. Os iguais e os desiguais 30
4. Direito brasileiro dos contratos 34
5. Classificação dos contratos 38
6. Contratos empresariais e a livre concorrência 42

Capítulo 36
O COMÉRCIO ELETRÔNICO

1. Introdução 47
2. O estabelecimento virtual 49
   2.1. Virtualidade do acesso 50
   2.2. Nome de domínio e endereço eletrônico 52
3. O contrato eletrônico 53
4. O comércio eletrônico e as relações de consumo 59
   4.1. Requisitos jurídicos do *website* 59
   4.2. Publicidade nos estabelecimentos virtuais 61
   4.3. Direito de arrependimento 63
5. O comércio eletrônico e as relações interempresariais 67

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00087833 - v.3

Capítulo 37
COMPRA E VENDA MERCANTIL

1. Introdução 71
2. Elementos do contrato 74
3. Formação do contrato 79
4. Obrigações do vendedor 82
5. Obrigações do comprador 86
6. Contrato de fornecimento 87
7. Compra e venda no comércio exterior 91
   7.1. Câmbio 93
   7.2. Custos de tradição: INCOTERMs 95
8. Compra e venda de empresas 101
   8.1. Fase preliminar 103
   8.2. Fase da auditoria 105
   8.3. Fase negocial 107
   8.4. Fechamento 108

Capítulo 38
CONTRATOS DE COLABORAÇÃO

1. Introdução 111
2. Cláusula de exclusividade e mercado cinza (importação paralela) 114
3. Colaboração por intermediação 118
   3.1. Distribuição-intermediação 119
   3.2. Concessão mercantil 125
4. Colaboração por aproximação 130
   4.1. Mandato e comissão mercantil 130
   4.2. Representação comercial autônoma 132
      4.2.1. Natureza e requisitos do contrato 133
      4.2.2. Indenização do representante 138
   4.3. Agência 141
   4.4. Distribuição-aproximação 143

Capítulo 39
CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Introdução 145
2. Depósito bancário 148
3. Mútuo bancário 150

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Outros contratos bancários 155
4.1. Aplicação financeira: os fundos 155
4.2. Desconto bancário 156
4.3. Crédito documentário 157
4.4. Vendor 159
4.5. Garantias bancárias 160
5. Contratos bancários impróprios 162
5.1. Fomento mercantil (*factoring*) 162
5.2. Arrendamento mercantil (*leasing*) 165
5.3. Alienação fiduciária em garantia 168

Capítulo 40

O SEGURO

1. Introdução 172
2. O contrato de seguro 174
3. Espécies de seguro 177
4. Seguros empresariais 180
5. Resseguro 183

Capítulo 41

OUTROS CONTRATOS EMPRESARIAIS

1. Introdução 186
2. Contratos relacionados à logística 186
2.1. Transporte de carga 187
2.2. Fretamento 190
2.3. Armazenagem 191
3. Agenciamento de publicidade 193

Capítulo 42

O EMPRESÁRIO E A RELAÇÃO DE CONSUMO

1. Introdução: a relação de consumo 196
2. A aplicação do CDC aos contratos entre empresários 199
2.1. O empresário como consumidor 199
2.2. O empresário como contratante vulnerável 205
3. Os entes despersonalizados na relação de consumo 209

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo 43
A TUTELA CONTRATUAL DOS CONSUMIDORES

1. Contrato de consumo 212
2. Princípios da tutela contratual dos consumidores 213
2.1. Princípio da transparência e o direito à informação 213
2.1.1. Transparência nas cláusulas contratuais 214
2.1.2. Transparência na concessão de crédito 217
2.2. Princípio da irrenunciabilidade de direitos e a autonomia da vontade 220
2.3. Princípio do equilíbrio contratual e a vulnerabilidade do consumidor 224
2.4. Cláusulas abusivas 226
3. Formação do contrato de consumo 228
3.1. Dever de contratar 228
3.2. Caráter vinculativo da publicidade 231
3.3. Banco de dados e cadastro de consumidores 234
4. Instrumento contratual (condições gerais de negócio e contrato de adesão) 239
4.1. Interpretação favorável aos consumidores 239
4.2. Prevalência das cláusulas pactuadas individualmente 241

Sétima Parte
DIREITO CONCURSAL

Capítulo 44
A EMPRESA EM CRISE

1. Introdução 249
2. Solução de mercado e recuperação da empresa 251
3. A reforma do direito falimentar 255
4. Observação 258

Capítulo 45
A INSTAURAÇÃO DA FALÊNCIA

1. Pressupostos da falência 260
1.1. Devedor sujeito a falência 265
1.2. Insolvência 269
1.2.1. Impontualidade injustificada 270

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.2.2. Execução frustrada 272
1.2.3. Atos de falência 273
2. Pedido de falência 276
2.1. Sujeito ativo 277
2.2. Competência e universalidade do juízo falimentar 279
2.3. Rito 282
2.4. Ministério Público no pedido de falência 285
3. Sentença declaratória da falência 285
3.1. Conteúdo e publicidade 286
3.2. Recursos 289
4. A denegação da falência 290
5. A administração da falência 292
5.1. Administrador judicial 293
5.2. Assembleia dos credores 298
5.3. Comitê 299

Capítulo 46

EFEITOS DA FALÊNCIA

1. Dissolução da sociedade falida 301
2. Sócios da sociedade falida 303
3. O patrimônio da sociedade falida 306
4. Os atos da sociedade falida 312
4.1. Ineficácia dos atos da falida 314
4.2. Ação revocatória 319
5. Os contratos da sociedade falida 320
5.1. Contratos em espécie 323
5.1.1. Compra e venda mercantil — falência do comprador... 324
5.1.2. Compra e venda mercantil — falência do vendedor 326
5.1.3. Reserva de domínio 326
5.1.4. Compra e venda a termo 326
5.1.5. Compromisso de compra e venda 327
5.1.6. Locação empresarial 327
5.1.7. Conta corrente 329
5.1.8. Contratos de consumo 330
5.1.9. Alienação fiduciária em garantia 331
5.1.10. Contratos em moeda estrangeira 332
5.1.11. Contrato de câmbio 332
5.1.12. Depósito em armazém-geral 333

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1.13. Contratos de trabalho 334
5.1.14. Contratos administrativos 336
5.1.15. Contrato de compensação e liquidação 336
5.1.16. Patrimônio de afetação 337
5.1.17. Compensação 337
5.2. Prescrição das obrigações da falida 338
6. Os credores da sociedade falida 339
6.1. Credores admitidos 340
6.2. Efeitos da falência em relação aos credores 342
6.2.1. Massa falida 342
6.2.2. Execuções individuais 343
6.2.3. Equalização dos créditos 345
6.3. Classificação dos credores 346

CAPÍTULO 47

PROCESSO DA FALÊNCIA

1. Introdução 348
2. Fase de conhecimento 349
2.1. Pedidos de restituição 350
2.1.1. A restituição do *caput* do art. 85 353
2.1.2. A restituição do parágrafo único do art. 85 355
2.1.3. A restituição de adiantamento ao exportador 356
2.1.4. A restituição do art. 136 358
2.1.5. Rito 359
2.2. A verificação de crédito 360
3. A liquidação 365
3.1. Venda dos bens 366
3.1.1. Venda ordinária 366
3.1.2. Venda extraordinária 370
3.1.3. Venda sumária 372
3.1.4. A questão da sucessão 373
3.1.5. Impugnação à venda 375
3.2. Cobrança dos devedores 376
3.3. Os pagamentos na falência 377
3.3.1. Credores da massa 378
3.3.2. Restituições em dinheiro 380
3.3.3. Credores da sociedade falida 383
3.3.3.1. Empregados e equiparados 383

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3.3.2. Credores com garantia real 386
3.3.3.3. Fisco 388
3.3.3.4. Credores com privilégio especial 391
3.3.3.5. Credores sujeitos a rateio 393
3.3.3.6. Credores subquirografários 395
3.3.3.7. Juros e correção monetária 397
3.3.4. Sócios ou acionistas 399
3.3.5. Síntese 399
4. Encerramento da falência 400

Capítulo 48

RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

1. Introdução 402
1.1. Viabilidade da empresa 404
1.2. Meios de recuperação da empresa 407
2. Órgãos da recuperação judicial 414
2.1. Assembleia dos Credores 415
2.1.1. Participantes da Assembleia dos Credores 417
2.1.2. Instâncias da Assembleia dos Credores 420
2.1.3. Quóruns de deliberação 421
2.2. Comitê 422
2.3. Administrador judicial 427
3. Processo da recuperação judicial 428
3.1. Fase postulatória 429
3.1.1. Sujeito ativo 430
3.1.2. A petição inicial 432
3.1.3. O despacho de processamento e seus efeitos 439
3.2. Verificação dos créditos 442
3.3. O plano de recuperação judicial 442
3.4. Concessão da recuperação judicial 446
3.5. Execução do plano 449
3.6. Recuperação judicial de microempresa e empresa de pequeno porte 452
3.7. Convolação em falência 454
4. Recuperação extrajudicial 455
4.1. Homologação facultativa 458
4.2. Homologação obrigatória 460
4.3. Os credores na recuperação extrajudicial 462

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00087833 - v.3

Capítulo 49

A FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

1. Introdução 465
2. Pessoa e bens do empresário individual falido 467
3. Reabilitação do falido 469

Índice alfabético-remissivo 473

Bibliografia 479

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br